

CONFIRA

Numa Universidade em que o Reitor é magnífico;
o CO é Egrégio;
as Congregações são Colendas;
os Diretores são Excelentíssimos;
os Chefes de Departamentos são Digníssimos;
os Docentes são Ilustríssimos;
Como pode haver qualquer tipo de problema?

O Reitor e o Voto Aberto

Em seu encontro com a diretoria da Adusp em 30/3 o reitor Jose Goldeberg disse que:

1. pessoalmente é favorável ao voto aberto e nominal no CO para votação do estatuto;

2. não se opõe a que professor assistente-doutor possa ocupar qualquer cargo executivo na universidade.

Administração Direta

Em sua reunião com o Grupo dos 19, do funcionalismo estadual, o governador Orestes Quercia declarou que atualmente não se contrata um servidor no Estado sem sua autorização pessoal.

Que sabe o governo?

Na reunião seguinte o secretário Goldmann declarou que ninguém sabe quantos funcionários há no Governo. O que o Governo sabe é quantos contra-cheques emite.

Teto

Na mesma reunião o secretário disse que a Nova Constituição exigirá a fixação de um teto para o salário dos servidores. A posição defendida liminarmente pela Diretoria da Adusp foi de que o teto respeitasse as carreiras institucionalizadas, ou seja, que, por exemplo, no caso de um professor universitário, abrangesse o salário de um professor titular em RDIDP, mais os quinquênios a sexta-parte.

EPÍGRAFES

"A carga dágua faz mover o moinho."
"Coaxar e se cacetejar, está no começar."
"Chamam-me de enguia, quando não quero deixar me levarem para a panela."
"Sapo não precisa de ter jeito, quando em boca de cobra."
"Quem nunca possuiu cavalo é que quer entender mais de ferradura."
"Quem cospe muito é porque não tem o que lambem."
"Quem entra no pilão, vira paçoca."
"O mesquinho é apenas um calígrafo com má pena e mau papel."
"Tem muita distância do angú à couve."
"O contrário da idéia fixa não é a idéia solta..."
"Em casa de caranguejo, pele fina é maldição."
"O trágico não vem a conta-gotas."

Guimarães Rosa

Guimarães Rosa

As lições do Listão



O título pode levar a crer que há males que vêm para bem. Aqui não é o caso. O listão atacou professores individualmente, e a própria USP como um todo e a Universidade Pública em momento delicado de votação constituinte no Congresso Nacional. Muito disso é irreparável: podemos, porém, tirar algumas lições do ocorrido para se evitarem episódios semelhantes.

Há uma confusão nem sempre perceptível na Universidade entre trabalho intelectual e preenchimento de formulários, ou entre aquele e as condições de trabalho criadas por e para o preenchimento de formulários. Da mesma forma, confunde-se pesquisa com publicação de "papers". O anglicismo é mais do que retórico: aponta o modelo que essas confusões têm como ideal, o norte-americano, cuja pertinência lá mesmo é contestada por muita gente boa. Cultua-se a quantidade (artigos, comunicações, comparecimento a congressos, livros). Louva-se um sistema que frequentemente impõe a seus contratados uma rotatividade a cada cinco anos. Tal sistema está muito longe de ser um ideal a perseguir: nele é comum a quantidade vir em detrimento da qualidade: há colóquios e congressos em que não há debate crítico e onde o tédio é mortal. Pois o criticado de hoje pode estar no júri de amanhã, abrindo ou barrando portas ao candidato; muitos pagam para participar de Congressos: a competição substitui a crítica e a troca. Não é incomum o "publish or perish" levar a uma produção numericamente grande porém essencialmente moribunda.

Pacto de aparências

O listão trouxe do nosso cotidiano para a luz do dia a farpa dessa mesma pressão estagnante. Um sistema universitário tecnocrático. Empresariado, acima descrito e aqui em busca de legitimação, cobra dos docentes as formas de trabalho que julga adequadas e transfere a carga da própria cobrança e do controle (formulários, questionários, relatórios, livros de ponto) para os últimos. É curioso: o discurso dessa competência se afirma sobre uma incompetência básica, uma vez que a universidade tecnocrática e empresariada se completa numa burocracia cuja única função é cobrar, vigiar, sugar e punir. Ou premiar os bem comportados com promessas de anonimato: seus nomes não estarão em nenhuma lista notória.

Cria-se o campo de um "pacto das aparências": com relatórios, questionários e

números em dia pode-se garantir a imagem de uma "produtividade intelectual". Não se discute a qualidade, nem as condições, muito menos o destino do que se produz. Isso não é avaliação. É convite à burla disfarçado em critério "objetivo". Esse "campo de aparências" se apresenta como uma "racionalidade operante", "funcional", cuja característica é não admitir que haja outra possível. Essa "racionalidade" parte de um ponto de vista que desqualifica a pesquisa séria, o pensamento rigoroso, exigente, paciente.

As exigências da racionalidade operatória absoluta se dirigem cotidianamente a indivíduos isolados — mesmo quando se endereçam a instâncias coletivas, como unidades e departamentos. Querem sempre saber o que você andou fazendo, ou não. A "coleta" é sempre "urgente", uma urgência que nasce da hierarquia, e do seu caráter autoritário ainda firme entre nós: o chefe 1 que cobra do chefe 2 que cobra do chefe 3 a listagem do que os que não são chefes produziram. Prestar contas é não auto-acusar-se perante a chefia. Se quem não é chefe não presta conta ao chefe 3, o que fará este perante o chefe 2 e o que fará este...? A tendência do esquema autoritário de avaliação é atribuir as responsabilidades pelas próprias falhas ao escalão mais baixo. A culpa do erro será de alguma "desatenção", assim como a culpa de um acidente é quase sempre de "falha humana" e não dos horários absurdos de trabalho. No limite a urgência da coisa decorre da necessidade da estrutura centralizadora da Universidade justificar-se perante órgãos do governo, o BID, ou outros organismos de poder eufemisticamente chamados às vezes de "sociedade brasileira a quem devemos prestar contas". Desqualificando alternativas, essa racionalidade gera a impressão de que democracia e competência são naturalmente incompatíveis, como se então somente o exercício do poder pudesse desvendar (tornar legíveis) os caminhos do saber.

Recuo global

Dizia Guimarães Rosa: "a bonança nada tem a ver com a tempestade". A estrutura descrita é feroz quanto às responsabilidades dos que estão embaixo. Nessa estrutura só há "embaixos" e "encimas". Por isso mesmo, ela também é ferozmente corporativa e condescendente na defesa dos que exercem o poder. Exemplo claro, escandaloso e até um tanto cômico foi a atitude conjunta dos diretores: num dia, trovões e ameaças. No outro, panos quentes (em relação às instâncias internas do poder) e um recuo global: 70 a 10 no CO, levando de roldão os representantes de Congregação (menos uma honrosa exceção) e mesmo uma parte da bancada docente. Cabe perguntar, parodiando os antigos romanos: qual foi o lucro?

Nosso reitor participou de um processo de consulta eleitoral, embora não soberano, no qual defendeu um programa e se não foi eleito — não tendo a maioria dos votos — venceu entre os docentes. Pôde-se perceber que o processo da lista capitalizou uma enorme decepção do eleitorado,

mostrando-se a necessidade de se organizar um programa de ruptura real com o conjunto de práticas autoritárias que caracterizam a administração da USP e de democratização da estrutura da Universidade. O atual ante-projeto de reforma dos estatutos do CO e a adoção do voto secreto para deliberar sobre ele corroboram a herança autoritária dos tempos de ditadura. Se agora o estatuto que temos é contestável, porque imposto em épocas de arbítrio e cassações, o novo, ainda que repita os princípios hierárquicos rígidos deste, embora disfarçados em alquimias numéricas notáveis, se apresentará como gerado e parido em "graça de abertura". Menos contestável, portanto.

Uma estrutura democrática supõe docentes, alunos e funcionários que assumam como cidadãos livres, comprometidos com idéias e com uma prática que seja coerente enquanto expressão dessas idéias e das contradições que provocam ou têm de enfrentar. Essa concepção é visceralmente estranha ao modelo de universidade tecnocrática que ronda o nosso trabalho. Esse modelo se mostra cada vez mais avesso ao próprio conceito de cidadania trazido à tona pelas revoluções burguesas. Chegaremos ao ponto máximo, talvez: para proteger nossas identidades as listagens poderão continuar, mas feitas por números, ao invés de nomes. Proteger quem do quê? Assim só quem possua os códigos do poder saberá, segundo seus próprios critérios, quem é o quê nesta universidade. Em nome da transparência chegaremos à opacidade absoluta.

Finalmente, o listão colocou abertamente um desafio. A estrutura tecnocrática só aparentemente trata os docentes como "pessoas", como seres morais capazes de arbítrio e decisão. Na verdade, se apropria abstratamente de seu trabalho, dispondo dos nomes para fazer números. Responder individualmente diante dessa estrutura leva à submersão. Felizmente, a prática democrática tem seus paradoxos: é respondendo coletivamente, no espaço das assembleias, das plenárias, das instâncias representativas, através das decisões tomadas e implementadas de forma responsável, consciente e organizada, que a valorização do indivíduo — capaz de reflexão crítica e de participar de uma ação transformadora — poderá ser alcançada.

O problema não está, portanto, em melhorar tal ou qual aspecto das listas ou das estruturas que as geraram, mas em democratizar já a Universidade, para que se possa discutir abertamente, e no cotidiano, seu destino e projeto.



Listão

O Jornal da Adusp apresenta em primeira mão a carta da bancada docente lida na sessão do Conselho Universitário do dia 8/03, quando o C.O. pretendeu colocar o "Ponto Final" à moda do governo argentino na questão da lista dos impropriamente chamados de "sem produção científica" ou "improdutivos".

Magnífico Reitor

Como representantes das categorias docentes da USP junto ao Conselho Universitário, com a legitimidade que nos conferem nossos mandatos, desejamos expressar o mais veemente repúdio à publicação, no jornal Folha de São Paulo (21/02/88) de uma lista de docentes qualificados de improdutivos e de parasitas do Estado. Para além das injustiças que se cometem através dos erros no registro acadêmico no período considerado, importa salientar o caráter grotesco e extremamente agressivo da atitude tomada pela administração universitária. A comunidade acadêmica da maior Universidade do País foi exposta ao oportunismo sensacionalista de certa imprensa e serviu de instrumento para impacto jornalístico-publicitário que se insere, intencionalmente ou não, na campanha neste momento orquestrada para desmoralizar a universidade pública em prol dos interesses dos empresários do ensino. Todos aqueles que partilham uma concepção de universidade minimamente alicerçada em padrão de probidade acadêmica indagam, neste momento, qual o propósito que guiou a elaboração e a divulgação de tal lista. Se o intuito foi o de ameaça ou de ultimatum, sobram razões para estranhar o comportamento da administração central desta Universidade. Pois figuram na lista docentes e pesquisadores que honram esta Universidade, que honrariam o quadro docente de qualquer instituição, que são merecedores de respeito e do reconhecimento da comunidade. E são respeitados exatamente porque não praticam a leviandade da produção intelectual artificial e compulsória, nem trocam a seriedade acadêmica pelo carreirismo e pelo inchaço quantitativo de seus currículos. Em relação a estes a atitude ou os atos que os ameaçam são bem menores do que a estatura intelectual que conquistaram ao longo dos anos de dedicação à docência e à pesquisa, ainda que com isto se tenham descurado de "administrar eficazmente" a carreira, que para muitos, felizmente, ainda é uma conseqüência do trabalho, e não uma corrida de obstáculos, um jogo de habilidades políticas ou apoio para ascensão tecno-burocrática. Se o intuito foi o de estimular o aumento de produção para engrossar estatísticas, a intenção é quase sinistra, pois significa o estímulo ao carreirismo, ao atropelo da pesquisa, à "fabricação" de papers com o único propósito de acrescentar números de ordem aos títulos do curriculum. E o estímulo à leviandade acadêmica e à desonestidade intelectual. Certamente não é o caminho para que a USP atinja os almejados patamares de eficiência acadêmica.

Universidade e Cultura

Muitos de nós aprendemos com nossos mestres, nos tempos em que valores intelectuais e culturais elevavam-se acima dos padrões tecno-burocráticos, que é enorme a responsabilidade inerente à difusão das idéias; que a veiculação do pensamento e da experiência do conhecimento deve obedecer a um ideário ético bastante rígido; que a maturação intelectual é um processo que deve seu fascínio à sua dificuldade, ao caráter penoso do domínio progressivo e gradual do universo da cultura. Aqueles a quem estas expressões soam vazias espanta que, sendo tão fácil enfileirar palavras, seja ao mesmo tempo tão difícil produzir intelectualmente. É que o paradigma de produção acadêmica que boa parte de nós ainda conserva se constripou frontalmente às facilidades que ganharam corpo em tantas outras instituições e que nunca deveriam servir de modelo a esta Universidade, a menos que quiséssemos, em nome de interesses menores, embora imediatos e rentáveis, atrair as tradições que deveriam balizar nossa conduta. Infelizmente, os tempos que correm são desfavoráveis a uma concepção de Universidade em que prevaleçam os valores culturais. A indignação que caracteriza a atualidade faz com que se confunda fidelidade à tradição com nostalgia e o cultivo da autenticidade intelectual é coisa fora de moda. Para quem acredita que a Universidade e Cultura são termos irmãos, o presente apresenta-se bem sombrio. Não faltam indícios de que a experiência de conhecimento, naquilo que tem de aventura e criação, e a apropriação da cultura como trajetória autêntica do espírito, tendem a se transformar na funcionalidade, passividade e uniformidade de uma atividade produtora inconsciente de sua própria superficialidade.

Parâmetros de relevância cultural deveriam ao menos interferir na avaliação do trabalho universitário. Quando o alcance deste trabalho é medido pelo interesse conjuntural dos resultados estatísticos, é sinal de que a instituição, cegada pelo imediatismo, perdeu sua vocação originária, a dimensão de universalidade e a consciência do papel histórico que deveria desempenhar.

O compromisso acadêmico

A irresponsabilidade do jornal que publicou a lista é indicadora de fato mais grave, e que merece reflexão. Procurou-se acobertar o sensacionalismo com o argumento de que a imprensa, agindo em nome da sociedade, tem o dever de cobrar da Universidade os serviços que esta deveria prestar em

troca dos "insumos" de subsistência. A "reação corporativista" adviria do fato de que, não estando à altura das necessidades sociais presentes, a USP procuraria esconder sua ineficiência delatando seus delatores como inimigos do ensino público. Para além da pobreza do argumento e da obviedade da hipocrisia é preciso salientar o perigo que representa para a Universidade uma concepção da relação entre Universidade e necessidades sociais que repousa no imediatismo e no utilitarismo estreito, e que transforma a atividade universitária num manancial de suprimentos que no mais das vezes vão atender a interesses travestidos de "necessidades sociais". Esta subordinação da atividade acadêmica a injunções conjunturais é incompatível com o alcance que deve possuir numa Universidade a busca do conhecimento em todos os campos. Isto significaria atrelar a Instituição a políticas de curto prazo motivadas por interesses quase sempre alheios àqueles que devem nortear a pesquisa universitária. A identidade histórica da Universidade, sua tradição e a fidelidade a princípios mais consistentes com sua destinação nos obrigam a reafirmar que o compromisso acadêmico é com valores mais altos e com resultados inseridos num horizonte mais amplo do que as exigências mesquinhas do imediatismo tecnocrático.

É espantoso, por outro lado, que a divulgação da lista tenha sido feita diretamente pelos jornais, sem que a comunidade ou sequer os órgãos superiores pudessem pronunciar-se a respeito. A divulgação da lista, pela qual a Reitoria é responsável, caracteriza uma agressão deliberada à comunidade docente, uma atitude demagógica que, jogando com a desinformação do público a respeito das verdadeiras características do trabalho universitário, constrói assim a oportunidade de apresentar a Administração Central da Universidade sob a égide do rigorismo profissional, da austeridade e da severidade, tirando proveito de equívocos que a conjuntura atual favorece. Não há dúvida de que é função da Reitoria zelar pelas condições do trabalho acadêmico; não nos parece que seja sua função a denúncia pública de tão larga parcela da comunidade, e sob circunstâncias tão equívocas. A partir da distância que assim se abre entre a comunidade docente e seu órgão máximo, cabe-nos ao menos a reação preliminar de inquirir, daqueles que se investiram na condição de avaliadores sobre suas reais credenciais acadêmicas.

Ciência e conduta

Como se vê, tudo passa pela concepção que se tem de Universidade. A

que transparece nos mentores da lista é a de uma instituição onde o conjunto do trabalho intelectual possa ser previsto, planejado e executado. Assim a Universidade poderia, no início de cada exercício, anunciar suas "metas de produção" para aquele ano, em teses, artigos, livros, etc. O que saísse a mais sempre seria lucro. Aqueles que não atingissem suas "cotas" seriam devidamente penalizados. O mais absurdo de tudo isto é que não seria difícil, renunciando a todos os escrúpulos, cumprirmos cotas bem mais elevadas de produção, sob regime compulsório. Paradoxalmente, a pretexto da eficiência, sugere-se a via do carreirismo e da desonestidade, calca-se aos pés os valores ético-acadêmicos e a decência profissional, valores estes certamente incompreensíveis para aqueles que compactuam com um projeto de universidade pautado pela indignação intelectual e por exigências menores do que a dignidade profissional. A comunidade acadêmica repudia tal receita produtivista que resulta na traição dos mais elementares compromissos com os propósitos científicos que devem nortear a nossa conduta. Cremos e esperamos decorrerá, ainda, o tempo de muitas gerações para que a degenerescência institucional imponha o empobrecimento e o acanhamento do espírito como virtudes do pesquisador universitário.

A publicação da lista deixou bem claro o que a Administração Central da Universidade entende por avaliação, tema que tem sido objeto de muita discussão. Estão implicitamente indicados — e de forma suficientemente clara — os critérios e os propósitos de tão decantada avaliação. Os critérios são assustadoramente simples: procedimentos que começam e terminam no âmbito da estatística, a forma mais pobre de análise. Quanto aos propósitos, o interesse da imprensa sensacionalista e a repercussão indicam com razoável clareza o oportunismo e a desonestidade que orientaram os artifícios do episódio.

